

ILMO. SR. PREGOEIRO DA EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO - EMUSA

Sr. Fábio Nascimento (Mat. 2165) - Pregoeiro / Chefe da Divisão de Compras

"O procedimento administrativo não tem existência jurídica se lhe falta, como fonte primeira, um texto da Lei. Mas não basta que tenha sempre por fonte, a Lei. É preciso ainda que se exerça seguindo orientação dela e dentro dos limites nela traçados. Só assim o procedimento da Administração é legítimo." (Ministro Seabra Fagundes, In "Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário")

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2021

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Lino Teixeira, nº 91, Jacaré, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05, neste ato, representada por seu representante legal já devidamente qualificado no processo licitatório em referência, com arrimo nas Leis Federais nºs 10.520/2002, 13.303/2016 e 14.133/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, vem à vossa presença, em defesa de seus direitos interpor tempestivamente o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra a classificação da proposta da licitante **ESPAÇO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.** (CNPJ: 06.159.080/0001-09), detentora de vultuosa relação contratual com a EMUSA e momentaneamente declarada vencedora, consubstanciada nos substratos fáticos e jurídicos que a seguir passamos a aduzir.

DOS FATOS

Inicialmente, cabe-nos elucidar que o objeto do certame em apreço, destina-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio as atividades operacionais da EMUSA, em obediência aos preceitos legais vigentes, bem como, ao edital e seus anexos.

Isto posto, após decorrer todos os procedimentos licitatórios até então, em sessão realizada no dia 08/09/2021, esse Pregoeiro decidiu declarar a licitante **ESPAÇO** como vencedora do certame apesar da mesma ter descumprido flagrantemente as normativas editalícias, bem como, os preceitos legais, especialmente aqueles emanados da Convenção Coletiva de Trabalho que rege a relação trabalhista com a categoria profissional de telefonista, razão pela qual manifestamos prontamente nossa intenção de interpor o presente recurso contra a classificação da proposta da licitante **ESPAÇO** pelos motivos a seguir expostos.

01/29

O certame em apreço teve sua sessão inaugural ocorrida em 13/08/2021, onde se presenciou a participação de 09 (nove) empresas que após a fase de credenciamento de seus representantes, abertura e análise das respectivas propostas comerciais constatou-se em sessão ocorrida em 24/08/2021 a desclassificação das licitantes **CEMAX ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, **ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.** e **GENERAL CONTRACTOR CONSTRUTORA EIRELI** por irregularidades em suas respectivas planilhas de formação de preços e, desta forma, restando naquele momento 06 (seis) empresas classificadas para prosseguirem no certame com os seguintes preços globais ofertados:

1) CNS	R\$ 15.430.755,00
2) SELETTI	R\$ 15.889.811,64
3) AGILE	R\$ 19.088.328,36
4) PLANEJAR	R\$ 19.178.348,32
5) ESPAÇO	R\$ 19.378.605,60
6) JP SERVIÇOS	R\$ 20.519.704,76

Assim sendo, em ato contínuo, esse Pregoeiro cometendo gravíssima ilegalidade mesmo alertado pelos presentes, iniciou a fase de lances com todas as 06 (seis) empresas restantes.

Ora, o instrumento convocatório que baliza o certame em apreço além guardar perfeita sintonia com a legislação vigente é cristalino e peremptório em seus subitens 9.2. e 9.3., *in verbis*:

“9.2. Serão classificados pelo Pregoeiro para participar da fase de lances o autor da proposta de menor preço e os demais licitantes que apresentarem as propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.” (grifamos)

“9.3. Se não houver pelo menos 3 (três) ofertas de acordo com o subitem anterior, serão proclamados classificados para participarem da fase de lances os proponentes que apresentarem os melhores preços, até no máximo de 3 (três) ofertas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.” (grifamos)

Por conseguinte, EM OBEDIÊNCIA AO QUE FOI ESTABELECIDO EM EDITAL, deveriam ter participado da fase de lances as três primeiras licitantes classificadas: CNS, SELETTI e AGILE, jamais permitindo-se a inclusão “pela janela” das licitantes PLANEJAR (4ª colocada), ESPAÇO (5ª colocada) e JP SERVIÇOS (6ª e última colocada).

Logo, tornando-se **nulos de pleno direito** todos os lances ofertados por estas licitantes “penetras” na fase de lances (PLANEJAR, ESPAÇO e JP SERVIÇOS), considerando o declínio das licitantes CNS e AGILE em ofertar lances, assim como, a eliminação da licitante SELETTI pela não apresentação tempestiva de suas planilhas ajustadas ao seu lance final ofertado, conclui-se que neste momento a licitante classificada em 1ª lugar neste certame é a CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA. devendo este Pregoeiro prosseguir com o certame abrindo seu envelope contendo a documentação de habilitação.

Além de todas as constatações acima flagradas que por si só já motivam a reforma do julgamento deste Pregoeiro, tornando sem qualquer efeito a propositura de vencedora do certame à licitante ESPAÇO (empresa que ofertou inicialmente preço superior em quase 4 MILHÕES DE REAIS em relação a CNS e coincidentemente já detentora de vultuosa relação contratual com a EMUSA), ainda evidenciamos estrondosa irregularidade nas planilhas apresentadas pela ESPAÇO, conforme passamos a detalhar.

03

Para a categoria de telefonista, a ESPAÇO se vinculou corretamente à Convenção Coletiva do Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação pertinente ao município de Niterói, PORÉM, a uma CCT com validade expirada (Registro MTE: RJ001309/2019), tendo em vista sua vigência de Maio/2019 a Abril/2020.

Ficamos estupefatos como pode a ESPAÇO cometer tamanha aberração (desapercebida por esse Pregoeiro) em suas planilhas apresentadas neste certame em Agosto/2021, tendo em vista que a CCT vigente para o período Maio/2020 a Abril/2022 encontra-se protocolada no MTE (RJ001985/2021, em anexo) desde MAIO/2021!!!

Com isso, depreende-se da CCT vigente que a ESPAÇO contemplou para as telefonistas, salário mensal irregular de R\$ 1.499,01 ao invés R\$ 1.573,96 (Cláusula 3ª), alimentação diária irregular de R\$ 18,00 ao invés R\$ 19,50 (Cláusula 12ª) e benefício social familiar irregular de R\$ 13,00 ao invés R\$ 16,00 (Cláusula 16ª).

Para que não paire qualquer dúvida sobre a vigência da CCT 2020/2022 protocolada no MTE em 17/05/2021, cabe-nos destacar sua Cláusula 58ª, *in verbis*:

“Os Sindicatos Convenientes revalidam o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 614 da CLT, determinando que as convenções e os Acordos entrarão em vigor 3 (três) dias após a data do respectivo protocolo no Ministério do Trabalho e Emprego, criando direitos e obrigações, bem como, produzindo seus efeitos legais reconhecidos pelo Inciso XXVI do Artigo 7 da Constituição Federal.” (grifamos)

04

Ora, se as licitantes CEMAX, ENGE SERVICE e GENERAL foram desclassificadas por irregularidades em suas planilhas, por que a licitante ESPAÇO cujas gritantes irregularidades nas planilhas consistem em verdadeira aberração, também não foi devida e sumariamente eliminada do certame???

CUMPRE-NOS SALIENTAR NESTE MOMENTO, QUE O ADMINISTRADOR PÚBLICO AO REALIZAR UMA LICITAÇÃO DEVE ESTAR ESCUDADO NOS PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS ATOS ADMINISTRATIVOS. ADEMAIS, DEVE-SE ATENTAR PARA O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, POIS NÃO BASTA QUE AS CONTRATAÇÕES SEJAM LEGAIS, DEVEM TAMBÉM, SEREM EFICIENTES, TANTO EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES INERENTES AO FUTURO CONTRATO.

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, e considerando o elenco de motivações expendidas, espera e requer a Recorrente, que esse Pregoeiro, à luz dos fatos apontados e em prol dos Princípios da Legalidade, da Razoabilidade e da Moralidade, se digne julgar procedente o presente Recurso, para declarar a definitiva desqualificação da licitante ESPAÇO, além do prosseguimento do certame com a abertura e análise da documentação de habilitação apresentada pela CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA., pelas razões esboçadas.

Assim, dando ciência concomitantemente ao egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, requeremos que seja concedido o competente efeito suspensivo a este apelo, para o subsequente prosseguimento do certame, conforme estabelece a legislação vigente ou fazer subir este Recurso devidamente informado a autoridade superior competente, que há de provê-lo, nos termos dos diplomas legais em vigor, por ser uma questão de direito e da mais lúdima JUSTIÇA.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 2021.

CNS NACIONAL DE SERVIÇOS LTDA.
Sergio da Silva Pring Junior
Gerente Comercial / Procurador
RG: 09.332.066-1 / CPF: 035.555.767-39